

A. I. Nº. - 279757.0044/20-9
AUTUADO - WOBEN WINDPOWER INDÚSTRIA E COMÉRCIO
AUTUANTES - AGILBERTO MARVILA FERREIRA E MARCO AURÉLIO SOARES FERREIRA
ORIGEM - INFAZ VALE DO SÃO FRANCISCO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.06.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0172-06/21VD

EMENTA: MULTA. DOCUMENTOS FISCAIS. LIVROS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. MULTA. Acertadamente acatados os argumentos de defesa atinentes às Notas Fiscais nºs 240, 11.135, 11.136, 1.757, 494.658, 494.773, 3.372 e 133.758 (foram devidamente escrituradas, embora extemporaneamente, antes do início da auditoria), bem como à Nota Fiscal nº 6.055 (de saída): o documento foi emitido equivocadamente, de forma que a operação por ele acobertada não foi concretizada. Sendo assim, a unidade de Juazeiro-BA emitiu a Nota Fiscal nº 6.138 (entrada no estabelecimento autuado – Sento Sé-BA), com o intuito de anular os efeitos da nota fiscal considerada não escriturada. Rejeitadas a preliminar de nulidade e a prejudicial de decadência. Indeferido o pedido de realização de diligência. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 08/09/2020 para formalizar a exigência de crédito tributário no valor histórico de R\$482.709,28 (multa do art. 42, IX da Lei 7.014/96), sob a acusação de entradas no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem registro na escrita fiscal (01 a 12/2015, 01 a 04 e 10 a 12/2016).

O contribuinte ingressa com defesa às fls. 31 a 59.

Diz ser dedicado à indústria de fontes de energia eólica, atuando na fabricação de aerogeradores e pás, bem como na prestação de serviços de assistência técnica para usinas.

Em preliminar por vício de motivação e violação à ampla defesa e ao contraditório, aduz que não há evidências de que as conclusões do Fisco tenham sido baseadas em circunstâncias fáticas. Não foram realizadas diligências preliminares à lavratura do Auto de Infração, em violação ao art. 247, § 4º do RICMS/12, segundo o qual o contribuinte terá o prazo de 30 dias para sanear inconsistências na EFD.

No seu entendimento, foi adotado um rito sumário, sem o seu conhecimento prévio e sem a sua participação na fiscalização, o que inverte a ordem legal dos procedimentos processuais e elimina qualquer possibilidade de se manifestar, explicar, justificar e retificar.

Com fulcro no art. 150, § 4º do CTN (Código Tributário Nacional), suscita prejudicial de decadência do direito da Fiscalização de lançar os valores atinentes ao período: fevereiro a setembro de 2015.

No mérito, aduz que as Notas Fiscais nºs 240, 11.135, 11.136, 1.757, 494.658, 494.773, 3.372 e 133.758 (documento 06 – Ordem de Serviço nº 504087/20) foram devidamente escrituradas, embora

extemporaneamente, o que não se encaixam no tipo do art. 42, IX da Lei 7.014/96. Apenas atrasou o cumprimento da Obrigação Acessória, antes do início da ação fiscal.

Com relação à Nota Fiscal nº 6.055 (de saída; presente no demonstrativo à fl. 23), esclarece que o documento foi emitido equivocadamente, de forma que a operação por ele acobertada não foi concretizada. Sendo assim, a unidade de Juazeiro-BA emitiu a Nota Fiscal nº 6.138 (fl. 34; entrada no seu estabelecimento – Sento Sé-BA), com o intuito de anular os efeitos da nota fiscal considerada não escriturada (documento 07).

Fundamentado no art. 42, § 7º da Lei nº 7.014/96, pleiteia a redução ou o cancelamento da multa.

O Auto de Infração não veicula o dispositivo normativo que sustenta a aplicação de juros de mora, de modo que qualquer exigência nesse sentido não deve prevalecer.

Protesta pela produção de provas, inclusive por meio de diligência, fornece endereço para correspondências processuais e conclui pleiteando o acolhimento das razões defensivas.

Na informação fiscal, de fls. 75 a 79, um dos autuantes refuta a preliminar de nulidade e a prejudicial de decadência.

No mérito, acolhe os argumentos de defesa atinentes às Notas Fiscais nºs 240, 11.135, 11.136, 1.757, 494.658, 494.773, 3.372 e 133.758 (foram devidamente escrituradas, embora extemporaneamente, antes do início da auditoria), bem como à Nota Fiscal nº 6.055 (de saída; presente no demonstrativo à fl. 23): o documento foi emitido equivocadamente, de forma que a operação por ele acobertada não foi concretizada. Sendo assim, a unidade de Juazeiro-BA emitiu a Nota Fiscal nº 6.138 (fl. 34; entrada no seu estabelecimento – Sento Sé-BA), com o intuito de anular os efeitos da nota fiscal considerada não escriturada (documento 07).

Revisa o lançamento de ofício à fl. 78 (CD anexo aos autos), de R\$482.709,28 para R\$479.918,13.

VOTO

Embora fosse medida de natureza salutar, que evitaria a lavratura de Auto de Infração carente de retificações, a cientificação do sujeito passivo acerca dos resultados da ação fiscal não é legalmente exigida, inclusive porque tal ação é regida pelo princípio inquisitivo.

A cientificação do início da ação fiscal, por meio de Domicílio Tributário Eletrônico, consta da fl. 07 dos presentes autos, razão pela qual o defendente não pode alegar que não sabia do transcorrer da fiscalização.

Não se aplica à pretensão de invalidade do ato o art. 247, § 4º do RICMS/12, segundo o qual o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias para sanear inconsistências na EFD.

Rejeitada a preliminar de nulidade.

No tocante à decadência, conforme o Incidente de Uniformização PGE nº 2016.194710-0, o prazo referente à obrigação principal deve ser contado a partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento no art. 150, § 4º do CTN (Código Tributário Nacional), quando o contribuinte declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, apurar o montante do imposto devido, mas efetuar o pagamento em valor inferior àquele que corresponderia às operações declaradas.

Conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, com fulcro no art. 173, I do CTN, quando: a) o contribuinte declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, apurar o montante do imposto devido, mas não efetuar o respectivo pagamento; b) o contribuinte não declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omitir a realização da operação ou prestação tributável; c) o contribuinte declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, apurar o montante do imposto devido, efetuar o pagamento da importância pecuniária declarada, porém, posteriormente, o Fisco verificar que o valor

recolhido foi menor do que o efetivamente devido, em decorrência de dolo, fraude ou simulação, não comprovada nos presentes autos.

Tais raciocínios somente se aplicam às infrações por descumprimento de Obrigações Principais, não havendo que se falar no art. 150, § 4º do CTN quando a obrigação é acessória, já que o indigitado dispositivo legal complementar faz expressa referência à homologação do lançamento. Nas situações de aplicação de multas por descumprimento de Obrigações Acessórias não existe o que homologar. Os lançamentos respectivos ocorrem de ofício.

Rejeitada a prejudicial de decadência.

Todos os elementos necessários à formação do convencimento dos membros deste colegiado estão contidos nos autos. Indefiro o pedido de realização de diligência, com supedâneo no art. 167, I e III do RPAF/99.

No mérito, restaram acolhidos, acertadamente, os argumentos de defesa atinentes às Notas Fiscais nºs 240, 11.135, 11.136, 1.757, 494.658, 494.773, 3.372 e 133.758 (foram devidamente escrituradas, embora extemporaneamente, antes do início da auditoria), bem como à Nota Fiscal nº 6.055 (de saída; presente no demonstrativo à fl. 23, no valor de R\$5.437,60): o documento foi emitido equivocadamente, de forma que a operação por ele acobertada não foi concretizada. Sendo assim, a unidade de Juazeiro-BA emitiu a Nota Fiscal nº 6.138 (fl. 34 sem valor expresso); entrada no seu estabelecimento – Sento Sé-BA), com o intuito de anular os efeitos da Nota Fiscal considerada não escriturada (documento 07).

Os acréscimos moratórios estão previstos na Lei 9.837/05 e a ninguém é dada a alegação do seu desconhecimento.

Quanto à multa, este órgão não tem competência para exercer controle de constitucionalidade, para negar eficácia a norma emanada de autoridade superior, para reduzir ou cancelar (art. 167, I e III do RPAF/99).

O art. 42 § 7º da Lei 7.014/96 foi revogado pela Lei 14.183/19.

Em referência ao endereço para correspondências processuais, nada impede a utilização daquele fornecido pelo sujeito passivo, sendo inclusive recomendável que assim se faça, tendo em vista as prescrições do art. 272, § 5º do CPC (Código de Processo Civil), de aplicação subsidiária no Processo Administrativo Fiscal.

“§ 5º Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade”.

Entretanto, nenhuma irregularidade advirá na esfera administrativa, desde que observados os ditames dos artigos 108 a 110 do RPAF/1999.

Infração 01 - 16.01.02

Ocorrência	Vencimento	Val. Histórico (R\$)	Val. Retificado (R\$)
28/02/2015	28/02/2015	409,25	409,25
31/03/2015	31/03/2015	2.476,05	2.476,05
30/04/2015	30/04/2015	409.783,43	409.783,43
31/05/2015	31/05/2015	164,55	164,55
30/06/2015	30/06/2015	1.441,81	1.441,81
31/07/2015	31/07/2015	2.280,63	2.280,63
31/08/2015	31/08/2015	3.949,97	3.949,97
30/09/2015	30/09/2015	4.808,57	4.808,57
31/10/2015	31/10/2015	1.008,14	1.008,14
30/11/2015	30/11/2015	53.051,84	50.695,55
31/12/2015	31/12/2015	1.198,77	1.198,77

31/01/2016	31/01/2016	1.227,95	1.227,95
29/02/2016	29/02/2016	165,50	165,50
31/03/2016	31/03/2016	119,16	119,16
30/04/2016	30/04/2016	165,35	165,35
31/10/2016	31/10/2016	3,00	3,00
30/11/2016	30/11/2016	1,93	1,93
31/12/2016	31/12/2016	453,37	18,51
		482.709,27	479.918,12

Acolho a revisão elaborada pelo Fisco à fl. 78 (CD anexo aos autos), de modo que o valor exigido reste alterado, de R\$482.709,27 para R\$479.918,12. Infração parcialmente elidida.

Em face do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279757.0044/20-9**, lavrado contra **WOBEN WINDPOWER INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$479.918,12**, prevista no art. 42, IX da Lei 7.014/96, com os acréscimos moratórios estabelecidos na Lei 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 20 de maio de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR